

Inquérito Civil n. 06.2022.00001543-1**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA 0001/2022/01PJ/ARA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça, doravante designado **COMPROMITENTE**, a empresa **GONÇALVES & CARVALHO ATENDIMENTO DOMICILIAR LTDA**, nome fantasia Provere Centro de Convivência para Idosos, pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n. 29.882.135/0001-00, com sede na Avenida Padre Antonio Luiz Dias, 420, Centro, Araranguá/SC, representada por Rafael Brito Carvalho, doravante designada **COMPROMISSÁRIA**, autorizados pelo artigo 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 97 da Lei Complementar n. 738/2019, com base nas informações constantes nos autos do Inquérito Civil n. 06.2022.00001543-1, têm entre si justo e acertado o seguinte:

CONSIDERANDO que o preceito constitucional estatuído no art. 127 da Constituição incumbe ao Ministério Público, enquanto Instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que o art. 230, *caput*, da Constituição define que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida;

CONSIDERANDO que o preceito contido no art. 3º, *caput*, da Lei Federal n. 10.741/2003 estabelece ser obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária;

CONSIDERANDO que é obrigação do Estado garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade (Art. 9º do Estatuto do Idoso);

CONSIDERANDO que os idosos são titulares de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, devendo ser asseguradas, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (art. 2º do Estatuto do Idoso);

CONSIDERANDO que no âmbito das Políticas de Assistência Social e de Saúde Pública, a tipificação do serviço prestado por uma entidade é definida a partir das atividades que se propõe a desenvolver;

CONSIDERANDO que, para que os órgãos públicos possam fiscalizar os serviços prestados pela entidade, sempre com enfoque no respeito à dignidade do usuário do serviço, é imprescindível a definição, a partir de deliberação entre os responsáveis pela instituição, sobre o serviço que pretendem ofertar e para quem, pois públicos distintos não podem ser atendidos pelo mesmo serviço;

CONSIDERANDO a informação prestada pela Provere Centro de Convivência para Idosos dando conta de que ela presta atualmente serviços de acolhimento de pessoas entre 18 e 59 anos de idade e de pessoas idosas, com ou sem deficiência, tal qual uma residência inclusiva;

CONSIDERANDO que os Serviços Residenciais Terapêuticos foram pensados e disciplinados no âmbito do Ministério da Saúde tendo por público alvo, exclusivamente, a população egressa de internações psiquiátricas prolongadas, com vínculos familiares rompidos;

CONSIDERANDO que o Serviço de Acolhimento Institucional para idosos destina-se ao acolhimento de pessoas com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, independentes e/ou com diversos graus de dependência, sendo que a natureza do acolhimento deverá ser provisória e, excepcionalmente, de longa permanência quando esgotadas todas as possibilidades de autossustento e convívio com os familiares;

CONSIDERANDO a impossibilidade jurídica da medida de aglutinação dos serviços sob o argumento de que é fornecido o serviço de Home Care, isso porque há modalidades específicas de serviços de acolhimento de pessoas com deficiência, com seus regramentos próprios, a depender da área de tratamento e de sua finalidade;

CONSIDERANDO que este Órgão de Execução do Ministério

Público tem o dever de orientar os dirigentes da entidade sobre os serviços regulamentados nas Políticas de Assistência Social e de Saúde Pública;

CONSIDERANDO, ainda, toda a fundamentação exposta no despacho das fls. 102-113 do Inquérito Civil n. 06.2022.00001543-1, que foi instaurado para apurar o acolhimento irregular de pessoas com deficiência e não idosas na Provere Centro de Convivência para Idosos (Gonçalves & Carvalho Atendimento Domiciliar LTRDA - CNPJ 29.882.135/0001-00), localizada na Av. Padre Antonio Luiz Dias, Araranguá/SC, a qual, atualmente, é empresa privada, com fins lucrativos, que presta serviço de Instituição de Longa Permanência para Idosos;

CONSIDERANDO, por fim, as dificuldades externadas pelos administradores da Provere Centro de Convivência para Idosos para retirada imediata das duas pessoas não idosas abrigadas no local, a sugerir a concessão de prazo para cumprimento da providência;

RESOLVEM:

Celebrar o presente **Termo de Ajustamento de Conduta**, doravante denominado TERMO, com fundamento no art. 74, §1º, da Lei n. 10.741/03 c/c art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1995 (Lei da Ação Civil Pública) e arts. 90 e ss. da Lei Complementar Estadual n. 738/2019 (Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina), de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

SEÇÃO I – DO OBJETO

CLÁUSULA 1ª. Este TERMO tem como objeto a regularização do serviço de Instituição de Longa Permanência para Idosos prestado pela COMPROMISSÁRIA ao que dispõe a legislação de regência, a fim de evitar o acolhimento de pessoas que não são público-alvo daquele serviço.

Parágrafo único. Para os fins de complementação e interpretação deste termo, serão utilizadas as disposições da Lei n. 10.741/03 e as disposições da Resolução RDC n. 502, de 27 de Maio de 2021, ou outras que por ventura as substituam.

SEÇÃO II – DAS OBRIGAÇÕES

ITEM I – DAS OBRIGAÇÕES POSITIVAS

CLÁUSULA 2ª. Para a consecução do objeto deste TERMO, a

COMPROMISSÁRIA, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do dia da assinatura deste TERMO, realizará o desligamento de todas as pessoas que estão acolhidas ou utilizando, mesmo que mediante hospedagem ou permanência diária, os serviços de acolhimento de idosos e não se enquadram no público-alvo do serviço de Instituição de Longa Permanência para Idosos;

Parágrafo Único. A **COMPROMISSÁRIA** adotará todas as medidas necessárias para o devido encaminhamento aos seus familiares, dentro do prazo disposto na Cláusula 2ª, dos acolhidos irregularmente em qualquer Instituição de Longa Permanência para Idosos sob sua responsabilidade;

ITEM II – DAS OBRIGAÇÕES NEGATIVAS

CLÁUSULA 3ª. A **COMPROMISSÁRIA** assume a obrigação de não admitir a entrada, a permanência ou a hospedagem, seja permanente ou temporária, de novos residentes que não se enquadrem no público-alvo de Instituição de Longa Permanência para Idosos, conforme dispõe a legislação;

Parágrafo Único. Fica vedada a conjugação das atividades de Instituição de Longa Permanência para Idosos com qualquer outro serviço de Residência Inclusiva, Abrigo Institucional ou Serviço Residencial Terapêutico;

SEÇÃO III – DO PRAZO PARA CUMPRIMENTO

CLÁUSULA 4ª. As obrigações pactuadas neste TERMO serão cumpridas pela **COMPROMISSÁRIA** com o devido respeito aos prazos estipulados em cada cláusula, independentemente de eventuais entraves, ressalvados fatores externos devidamente comprovados;

§ 1º. o COMPROMITENTE compromete-se a não adotar, durante tal período, qualquer medida judicial, de cunho civil ou criminal, em relação ao objeto do presente TERMO, contra a **COMPROMISSÁRIA**;

§ 2º. Eventual impossibilidade de cumprimento dos prazos fixados na Cláusula 3ª, por ocorrência de caso fortuito ou força maior, deverá ser comunicada ao COMPROMITENTE até o prazo de 10 (dez) dias após sua constatação, sendo que os prazos fixados poderão ser prorrogados mediante termo aditivo a este ajustamento, mediante solicitação formal a esta Promotoria de Justiça.

SEÇÃO IV – DA PUBLICIDADE E DA INFORMAÇÃO

CLÁUSULA 5ª. A **COMPROMISSÁRIA** disponibilizará acesso à integra deste TERMO em seu sítio eletrônico na rede mundial de computadores, em

até 10 dias após a assinatura deste termo, mantendo tal acesso disponível pelo período de 6 meses;

Parágrafo Único. A disponibilização deverá ser dada mediante ícone de tamanho padrão em relação aos demais utilizados no site, devendo ser fixado na barra do menu principal e de modo que o acesso seja fácil.

SEÇÃO V – DAS CLÁUSULAS PENAIS

CLÁUSULA 6ª. No descumprimento das obrigações assumidas neste TERMO, a **COMPROMISSÁRIA** estará sujeita às seguintes penalidades:

§1º. por descumprimento ao estipulado na Cláusula 2ª e seu parágrafo único deste TERMO, incorrerá em multa diária no valor equivalente a 1/3 (um terço) do salário mínimo, devido no primeiro dia imediatamente subsequente ao do término do prazo para cumprimento da obrigação.

§2º. por descumprimento ao estipulado na Cláusula 3ª e seu parágrafo único deste TERMO, incorrerá em multa diária no valor equivalente a 1/3 (um) terço do salário mínimo, acrescido, em qualquer caso, do montante total lucrado pelo serviço irregularmente prestado;

§3º. por descumprimento ao estipulado na Cláusula 5ª deste TERMO, incorrerá em multa diária no valor equivalente a R\$ 100,00 (cem reais);

§4º. os valores da multa serão submetidos à atualização monetária desde a datada em que forem devidos e serão revertidos para o Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL), sem prejuízo das medidas civis, criminais e administrativas;

SEÇÃO VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 7ª. As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

CLÁUSULA 8ª. Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

CLÁUSULA 9ª. Aplica-se subsidiariamente às disposições do presente TERMO a Lei Federal n. 7.347/85 e a Lei Complementar Estadual n. 738/2019.

CLÁUSULA 10ª. As partes elegem o foro de Araranguá/SC para dirimir eventuais questões decorrentes do presente TERMO.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85.

Araranguá, 10 de maio de 2022.

[assinado digitalmente]

RAFAEL FERNANDES MEDEIROS

Promotor de Justiça

**GONÇALVES & CARVALHO
ATENDIMENTO DOMICILIAR LTDA.**

CNPJ n. 29.882.135/0001-00

representada por

RAFAEL BRITO CARVALHO

CPF n. 809.188.240-87

LÚCIA DE OLIVEIRA

OAB/SC n. 12.967

Advogada Constituída pela
Compromissária